



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



Unidade Requisitante

Diretoria de Administração, 05.294.848/0001-94



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento

Wellington Alves da Costa Rego, Isaac Rannyer Sousa de Oliveira



Problema Resumido

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão enfrenta dificuldades na manutenção adequada do seu sistema de combate a incêndio, resultando em desgastes das condições físicas e operacionais dos componentes do referido sistema.

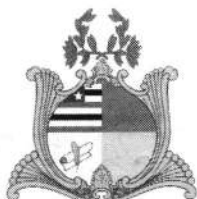
Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão enfrenta dificuldades relacionadas à manutenção de seu sistema de combate a incêndio. O funcionamento parcial e a deterioração de alguns componentes desse sistema comprometem não apenas a segurança das instalações, mas também a proteção da vida dos servidores, visitantes e demais usuários do espaço público.

As dificuldades na manutenção adequada do sistema resultam em riscos elevados de acidentes, que podem causar danos físicos aos indivíduos e perdas patrimoniais significativas. A ausência de manutenções preventivas adequadas contribui para o agravamento da condição atual, podendo tornar



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

o sistema ineficaz em situações de emergência. Essa fragilidade estrutural gera preocupação e compromete a eficácia das ações de prevenção e combate a incêndios nas dependências legislativas.

A relevância desta demanda é inquestionável sob a ótica do interesse público. A Assembleia Legislativa desempenha um papel fundamental na governança e no serviço à sociedade maranhense. Garantir um ambiente seguro tanto para os que trabalham quanto para aqueles que utilizam suas instalações é essencial para a continuidade das atividades legislativas e do funcionamento pleno da democracia. Além disso, a adequada manutenção do sistema de combate a incêndio está diretamente ligada à responsabilidade do Estado em zelar pela integridade de seus patrimônios e dos cidadãos.

Diante disso, é imperioso reconhecer a necessidade urgente de ações voltadas para a solução desse problema, visando restabelecer as plenas condições operacionais do sistema de combate a incêndio da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, assegurando a segurança dos seus ambientes e promovendo a confiança da sociedade nas instituições públicas.



REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão enfrenta desafios significativos na manutenção de seu sistema de combate a incêndio, o que compromete a segurança e a integridade dos seus espaços. Para sanar essa situação, é necessário desenvolver um estudo técnico preliminar que defina requisitos claros e objetivos para a futura contratação de serviços ou equipamentos que atendam às necessidades identificadas. Abaixo estão os requisitos essenciais que a solução contratada deverá atender.

Requisitos para a solução:

1. A solução deve incluir inspeção técnica completa de todos os componentes do sistema de combate a incêndio existentes, com o levantamento de quantidades e especificações dos itens que necessitam de manutenção.
2. Deve ser fornecido uma rotina mínima de manutenção preventiva e corretiva do sistema, com especificação das frequências de inspeção e troca de peças, durante um período mínimo de 12 meses.
3. Todos os equipamentos a serem utilizados no sistema de combate a incêndio devem estar certificados por órgãos competentes e atender às normas nacionais vigentes pertinentes à segurança contra incêndio.
4. A empresa contratada deve apresentar comprovação de experiência anterior em serviços semelhantes, com mínimo de três contratos executados nos últimos cinco anos.
5. A proposta deve incluir cláusula de penalidades clara em caso de atraso nas manutenções programadas ou insatisfação com a qualidade do serviço prestado.



Estes requisitos visam assegurar que a solução contratada atenda plenamente às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, promovendo a segurança e eficiência do sistema de combate a incêndio.



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

***Manutenção preventiva e corretiva com empresa especializada**

Vantagens:

- Expertise técnica: empresas especializadas possuem conhecimento aprofundado sobre sistemas de combate a incêndios, garantindo serviços de qualidade.
- Planejamento de manutenção: a realização de manutenções preventivas pode evitar problemas maiores e prolongar a vida útil dos equipamentos.
- Acesso a peças e acessórios de qualidade: empresas do setor frequentemente têm contratos com fornecedores confiáveis, garantindo a troca de peças adequadas.

Desvantagens:

- Custo elevado: a contratação de serviços especializados pode ser dispendiosa, impactando o orçamento da Assembleia Legislativa.
- Dependência: a instituição fica dependente de terceiros para a manutenção do sistema, o que pode limitar a flexibilidade na gestão.

***Treinamento interno da equipe de manutenção**

Vantagens:

- Redução de custos: capacitar funcionários internos pode diminuir a necessidade de contratações externas frequentes.
- Flexibilidade: uma equipe treinada pode realizar manutenções de forma mais rápida e adaptável às necessidades do dia a dia.
- Maior controle: a instituição tem maior domínio sobre a rotina de manutenção, evitando possíveis atrasos.

Desvantagens:

- Investimento em formação: é necessário destinar recursos ao treinamento, que pode ser alto dependendo da formação requerida.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

- Tempo de aprendizagem: o treinamento pode gerar uma curva de aprendizado que atrasa a eficiência da manutenção no curto prazo.
- Limitação de expertise: mesmo com o treinamento, a equipe pode não ter o mesmo nível de conhecimento que uma empresa especializada.
- Vínculo dos funcionários com a ALEMA: os funcionários que realizam manutenção na Casa possuem vínculo com empresa terceirizada, e não com a ALEMA em si, o que pode gerar o risco de perda do funcionário após todo o investimento em formação feito.

Análise comparativa:

- 1. Manutenção preventiva e corretiva com empresa especializada:** Boa solução a médio e longo prazo, porém, alto custo e dependência de terceiros.
- 2. Treinamento interno da equipe:** Reduz custos ao longo do tempo, porém demanda investimento inicial em formação e pode levar tempo para resultados consistentes. A mão-de-obra especializada pode ser perdida pelo fato de os funcionários não possuírem vínculo com a ALEMA, mas com empresas terceirizadas.

A escolha da melhor solução dependerá do orçamento disponível, prazos estabelecidos, capacidade interna da Assembleia Legislativa de adaptação e manutenção, e a urgência da manutenção no sistema de combate a incêndio.



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha da solução de manutenção preventiva e corretiva para o sistema de combate a incêndio da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão baseia-se em uma análise técnica e econômica que demonstra sua eficácia em atender as necessidades urgentes da instituição. Em primeiro lugar, é fundamental destacar que a manutenção sistemática é crucial para garantir a eficácia do sistema de combate a incêndio. A deterioração dos componentes desse sistema pode comprometer sua performance no momento mais crítico, tornando a manutenção especializada uma necessidade premente. Profissionais capacitados realizam inspeções regulares e intervenções específicas, assegurando que todos os elementos, como quadros elétricos, hidrantes e alarmes, funcionem corretamente e atendam às normas vigentes.

Outro aspecto técnico relevante é a compatibilidade da solução proposta com a infraestrutura existente da Assembleia. Empresas especializadas possuem conhecimento sobre as tecnologias e equipamentos já instalados, permitindo uma integração harmoniosa entre a nova manutenção e os sistemas já operacionais. Essa expertise minimiza riscos de incompatibilidade e falhas, facilitando a



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Proc: 3047/2024
Fls: 92
Rub: [assinatura]

implementação do serviço sem necessidade de substituições dispendiosas ou complexas. Além disso, a facilidade de implementação dos serviços prestados por profissionais capacitados contribui para a continuidade das atividades legislativas, evitando períodos prolongados de inatividade que poderiam ocorrer em caso de interrupções inesperadas devido a falhas no sistema de segurança.

No âmbito operacional, a manutenção preventiva não apenas previne falhas potenciais, mas também possibilita um suporte contínuo e escalável ao sistema. Com a realização de manutenções programadas, a Assembleia Legislativa poderá contar com laudos periódicos sobre as condições dos equipamentos, permitindo uma gestão proativa dos ativos. Isso resulta na identificação antecipada de problemas, que, se não tratados, poderiam acarretar custos altos e danos irreparáveis ao patrimônio. O suporte fornecido pela empresa especializada garantirá ainda a rápida resposta a eventuais emergências e correções, aumentando significativamente a segurança e a operacionalidade do ambiente legislativo.

Do ponto de vista econômico, a opção pela manutenção preventiva e corretiva representa um investimento estratégico com elevado custo-benefício. Ao prevenir falhas e garantir o funcionamento efetivo do sistema de combate a incêndio, a Assembleia pode evitar despesas futuras, como reparos emergenciais e potenciais multas decorrentes de descumprimento das normas de segurança. Estima-se que o retorno sobre o investimento se manifeste na forma de menos ocorrências de incidentes relacionados a incêndios, o que preserva não apenas os bens materiais, mas também a integridade física dos servidores e visitantes. Portanto, a escolha dessa solução é não apenas uma questão de cumprimento de normas de segurança, mas também uma decisão financeira consciente que visa a otimização dos recursos públicos.

Em suma, **a solução de manutenção preventiva e corretiva com uma empresa especializada apresenta-se como a alternativa mais adequada** para resolver as dificuldades enfrentadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão em relação ao seu sistema de combate a incêndio. Os benefícios técnicos, operacionais e econômicos demonstram que essa abordagem não só atenderá à necessidade imediata de garantia da segurança, como também promoverá uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de uma empresa especializada para a realização da manutenção preventiva e corretiva do sistema de combate a incêndio na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão apresenta otimização significativa dos recursos disponíveis. A solução proposta se traduz em economicidade por meio da redução de custos futuros com reparos emergenciais e substituições de componentes que, se não tratados adequadamente, podem resultar em gastos elevados. Investir em manutenção preventiva garante o funcionamento adequado do sistema, evitando paradas inesperadas e os altos custos associados à falta de manutenção regular.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Além disso, ao optar pela manutenção especializada, a Assembleia Legislativa garantirá que as atividades sejam conduzidas por profissionais qualificados, assegurando assim, não apenas a eficácia do serviço prestado, mas também a segurança dos colaboradores e visitantes nas dependências do órgão. Isso minimiza riscos relacionados a incidentes, o que pode desencadear custos adicionais com seguros e indenizações.

O aproveitamento eficiente dos recursos humanos é evidente, uma vez que a equipe interna poderá concentrar-se em suas funções principais, liberando tempo e energia que seriam despendidos na gestão e reparação do sistema de combate a incêndios. A especialização externa permite que os técnicos da Assembleia foquem em suas competências centrais, aumentando a produtividade e eficiência geral da casa legislativa.

Em termos de recursos materiais, a manutenção regular e adequada prolonga a vida útil dos equipamentos existentes, reduzindo a necessidade de aquisições antecipadas e onerosas de novos materiais e peças. Isso representa um uso mais sustentável e prudente do orçamento disponível, otimizando o que foi investido.

Portanto, a escolha de manter um contrato com uma empresa especializada resulta em uma gestão financeira mais responsável e na potencialização do uso de recursos humanos e materiais dentro da Assembleia Legislativa, assegurando a continuidade operacional e a segurança necessária nas suas instalações.



PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a implementação eficaz da solução de manutenção preventiva e corretiva do sistema de combate a incêndio da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, são necessárias algumas providências específicas que garantam a adequação técnica e operacional do serviço a ser contratado. Essas providências visam assegurar que o sistema funcionará de maneira eficiente, garantindo a continuidade das operações e a segurança das instalações.

Primeiramente, é essencial realizar um levantamento detalhado do estado atual do sistema de combate a incêndio, identificando os componentes que necessitam de manutenção. Esse levantamento deve incluir as quantidades de todos os equipamentos, como conjunto motobombas, hidrantes, sistemas de alarme e de iluminação de emergência. A partir desse diagnóstico, poderá se ter uma melhor visualização do sistema como um todo, a fim de que sejam definidas as rotinas mínimas de manutenção e suas devidas periodicidades.

A segunda providência é a definição clara das especificações técnicas no termo de referência. É fundamental que o documento contenha detalhes sobre os tipos de serviços de manutenção preventiva e corretiva a serem realizados, a periodicidade das manutenções, e os critérios de qualidade e desempenho esperados. Isso garantirá que a contratada atenda às exigências do sistema e promova a segurança nas instalações.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Proc: 3047/2024
Fls: 23
Rub: [assinatura]

Em terceiro lugar, é importante estabelecer uma forma de avaliação contínua dos serviços prestados pela empresa contratada. Isso envolve a criação de indicadores de desempenho que permitam acompanhar a efetividade das manutenções realizadas e a condição operacional do sistema. O acompanhamento periódico deve ser feito por meio de relatórios e auditorias, assegurando que eventuais problemas sejam identificados e resolvidos tempestivamente.

Por fim, é recomendável considerar a inclusão de cláusulas contratuais que prevejam a responsabilidade da empresa contratada em casos de falhas nos serviços prestados, incluindo eventuais danos causados à Assembleia devido a inadequações na manutenção. Essas cláusulas devem ser elaboradas com orientação técnica para assegurar que direitos e deveres estejam claramente estabelecidos no contrato.

Em resumo, um planejamento adequado que inclua diagnóstico, especificações técnicas, monitoramento contínuo e cláusulas de responsabilidade contratuais são providências fundamentais que a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão deve adotar para garantir a efetividade da solução escolhida, promovendo economias e eficiência no uso dos recursos públicos.



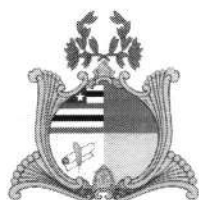
CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes à solução escolhida para a manutenção do sistema de combate a incêndio da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão revela que não há contratações adicionais necessárias antes da execução da manutenção preventiva e corretiva com empresa especializada.

Em primeiro lugar, a atividade de manutenção do sistema de combate a incêndio abrange todos os componentes necessários para o seu pleno funcionamento, como alarmes, quadros elétricos, conjuntos motobombas, hidrantes e demais equipamentos. A contratação de uma empresa especializada garante que todas as intervenções necessárias, tanto preventivas quanto corretivas, sejam realizadas em conformidade com as normas técnicas vigentes e com a expertise necessária para a preservação do sistema.

Além disso, quaisquer adequações prediais que eventualmente fossem necessárias para garantir a eficácia do sistema de combate a incêndio estão inclusas nos serviços prestados por uma empresa especializada. Isso se deve ao fato de que, durante a manutenção, a empresa pode identificar e realizar ajustes estruturais requeridos para a plena operação do sistema, evitando a necessidade de contratações separadas.

Por fim, considerando que todas as ações relacionadas à manutenção do sistema de combate a incêndio são abordadas na proposta de contratação, não se apresentam interdependências que demandem outra contratação prévia. Isso assegura que a resposta técnica ao problema identificado será feita de maneira integral e eficiente, por meio de um único contrato com a empresa especializada, sem a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes adicionais. Dessa forma, a



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

execução dos serviços propostos é suficiente para atender à demanda e solucionar as dificuldades enfrentadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.



IMPACTOS AMBIENTAIS

A manutenção do sistema de combate a incêndio na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão pode resultar em diversos impactos ambientais. Dentre os principais impactos, podemos identificar o consumo excessivo de energia durante as atividades de manutenção e o descarte inadequado de materiais obsoletos.

Para mitigar esses impactos, é essencial implementar medidas que priorizem a eficiência energética. Sugere-se a adoção de tecnologias de manutenção que utilizem equipamentos com menor consumo de energia, como lâmpadas LED para sinalização e iluminação. A combinação de manutenção preventiva e corretiva deve ser feita de forma planejada, evitando operações desnecessárias que possam gerar desperdício de recursos.

Em relação ao descarte de materiais, é recomendável estabelecer uma estratégia de logística reversa. Isso significa que todos os materiais retirados durante a manutenção, como mangueiras danificadas ou peças desgastadas, devem ser encaminhados para reciclagem ou descarte adequado em empresas especializadas. Essa prática não apenas reduz a quantidade de resíduos enviados a aterros sanitários, mas também minimiza a extração de novos recursos naturais, contribuindo para a sustentabilidade.

Além disso, a empresa contratada para a manutenção deve ser orientada a utilizar produtos menos agressivos ao meio ambiente, visando à segurança dos trabalhadores e à preservação das condições ambientais em que atuam. O uso de lubrificantes biodegradáveis e agentes de limpeza não tóxicos pode reduzir significativamente os riscos de contaminação.

Por fim, é fundamental manter um registro detalhado das ações de manutenção realizadas e dos materiais descartados, promovendo um monitoramento contínuo que permita avaliar a eficácia das medidas mitigadoras implementadas e aumentar a transparência do processo. Esse controle permitirá ajustar as práticas adotadas sempre que necessário, garantindo que as ações mantenham seu foco na redução dos impactos ambientais associados à operação da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.



CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Proc: 50971/2024
Fls: 94
Rub: *[assinatura]*

São Luís - MA, 8 de outubro de 2024

Wellington Alves da Costa Rego
Matrícula 2812063

Wellington Alves da Costa Rego
Engenheiro Civil

Isaac Rannyer Sousa de Oliveira
Matrícula 2823714

Isaac Rannyer Sousa de Oliveira
Engenheiro de Segurança do Trabalho

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar nos termos das Resoluções Administrativas 063/2024, 064/2024 e 071/2024.

Caio Victor Rodrigues Moreira Lima
Subdiretor de Manutenção e Serviços

Raimundo Nonato de Carvalho Reis Neto
Diretor de Administração

ANEXO I (ETP) - MAPA DE RISCOS

FASE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Objetivo: Identificar os possíveis riscos e causas relacionados a contratação do objeto, bem como ações Preventivas e de Contingência para mitigar os danos.

RISCO 01		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixa (x) Média () Alta	
ID	Dano	
1.	Superdimensionamento ou subdimensionamento dos riscos.	
POSSÍVEIS CAUSAS		
1. Falta de qualificação e experiência da Equipe de Planejamento; 2. Sobrecarga de trabalho; 3. Desconhecimento do Escopo.		
ID	Ação Preventiva	Responsável
	1. Capacitar os servidores; 2. Estabelecer rotinas na revisão do mapa de riscos;	1. Diretoria de Administração; 2. Equipe de Planejamento.
ID	Ação de Contingência	Responsável
	1. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços prestados; 2. Elaborar relatórios mensais com registro das eventualidades ou atipicidades ocorridas durante a execução dos contratos.	1. Gestor / Fiscal de Contrato; 2. Equipe de Planejamento.

RISCO 02		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta	
ID	Dano	
1.	Estimativas incorretas de quantidades.	
POSSÍVEIS CAUSAS		
1. Falta de um histórico rígido sobre a quantidade de equipamentos a serem atendidos e manutenções realizadas; 2. Falta de planejamento na realização das atividades de manutenção para sua otimização.		
ID	Ação Preventiva	Responsável
	1. Documentar o histórico de manutenções realizadas; 2. Realizar levantamento da logística da realização das manutenções realizadas.	1. SDMS. 2. Equipe de Planejamento;

ID	Ação de Contingência	Responsável
	1. Destinar tempo para o fiscal / gestor de contrato organizar o levantamento de dados e registrá-los; 2. Capacitar / orientar os agentes envolvidos com o fim de utilizarem técnicas de levantamento de dados e manipulação das informações para produzirem resultados úteis à administração.	1. Gestor / Fiscal de Contrato; 2. Equipe de Planejamento.

RISCO 03		
Probabilidade:		(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:		() Baixa () Média (x) Alta
ID	Dano	
1. Falta de recursos para a contratação.		
POSSÍVEIS CAUSAS		
1. Contingenciamento de despesas.		
ID	Ação Preventiva	Responsável
	1. Certificar-se sobre previsões orçamentárias existentes e planejamento estratégico da ALEMA.	1. Ordenador de despesas; 2. Equipe de Planejamento; 3. Gestor / Fiscal de contrato.
ID	Ação de Contingência	Responsável
	1. Ajustar o escopo da contratação à previsão orçamentária.	1. Gestor / Fiscal de Contrato; 2. Direção Geral / Direção de Administração.

RISCO 04		
Probabilidade:		() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:		() Baixa (x) Média () Alta
ID	Dano	
Termo de Referência Inadequado		
POSSÍVEIS CAUSAS		
1. Sobrecarga dos servidores envolvidos; 2. Falta de habilidade / capacitação dos responsáveis; 3. Não consolidação de todas as informações necessárias.		
ID	Ação Preventiva	Responsável

1. Capacitar os servidores.		1. Diretoria de Administração e Diretoria Geral
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Envolver servidores mais experientes na elaboração do Termo de Referência e Estudos Preliminares; 2. Apurar histórico de problemas existentes em contratos deste objeto.	1. Direção Geral; 2. Diretoria de Administração; 3. SDMS.

FASE: SELEÇÃO DO(S) FORNECEDOR(ES)

Objetivo: Identificar os possíveis riscos e causas relacionados a SELEÇÃO DO(S) FORNECEDOR(ES) para o objeto, bem como ações Preventivas e de Contingência para mitigar os danos.

RISCO 05		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta	
ID	Dano	
1.	Impugnação ao edital.	
POSSÍVEIS CAUSAS		
1. Excesso de formalismo; 2. Rigor excessivo; 3. Restrição de participação; 4. Não atendimento de legislação específica; 5. Falhas na descrição do objeto e dos serviços a serem realizados.		
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Observar considerações dos fornecedores durante a pesquisa de preços; 2. Observar falhas de outros processos licitatórios com o mesmo objeto e evitá-las. 3. Submeter a minuta do termo de referência à análise previa da CPL.	1. CPL; 2. SDMS / NUINP.
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Orientar / capacitar o setor requerente; 2. Verificar a possibilidade de suspensão do processo licitatório para reavaliação do TR e edital. 3. Melhor capacitar a equipe de elaboração de Termos de Referência.	1. CPL; 2. SDMS / NUINP.

RISCO 06		
Probabilidade:		() Baixa () Média (x) Alta
Impacto:		() Baixa () Média (x) Alta
ID	Dano	
Preços Inexequíveis.		
POSSÍVEIS CAUSAS		
1. Falhas na pesquisa de preços; 2. Orçamentista não se familiarizou suficiente com a particularidade do objeto; 3. O preço não reflete a realidade do mercado;		
ID	Ação Preventiva	Responsável
1. Intermediar com as empresas durante a etapa da pesquisa de preços esclarecendo o objeto; 2. Observar os orçamentos recebidos, excluindo aqueles com indícios de falhas;		1. SDMS/NUINP.
ID	Ação de Contingência	Responsável
1. Revisar os itens descritos; 2. Observar preços de outras licitações; 3. Realizar pesquisa de mercado		1. SDMS/NUINP; 2. NUCOM.

RISCO 07		
Probabilidade:		(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:		() Baixa () Média (x) Alta
ID	Dano	
Licitação deserta / frustrada.		
POSSÍVEIS CAUSAS		
1. Excesso de formalismo; 2. Rigor excessivo; 3. Restrição de participação; 4. Objeto não reflete a realidade do mercado; 5. Preços manifestadamente inexequíveis.		
ID	Ação Preventiva	Responsável
	1. Observar o comportamento do mercado antes de lançar o edital; 2. Observar outros processos licitatórios com o mesmo objeto.	1. CPL.
ID	Ação de Contingência	Responsável
	1. Revisar o edital; 2. Descobrir as falhas que levaram a licitação deserta / frustrada; 3. Repetir o processo sanando os vícios iniciais.	1. CPL; 2. SDMS/NUINP.

RISCO 08		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixa (x) Média () Alta	
ID	Dano	
Atrasos na licitação.		
POSSÍVEIS CAUSAS		
1. Excesso de formalismo; 2. Morosidade dos participantes; 3. Impugnação ao edital; 4. Não aceitação de propostas e/ou Inabilitação de fornecedor; 5. Recursos contra o resultado; 6. Morosidade na assinatura da ata de registro de preços; 7. Decisões judiciais.		
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Ser claro e objetivo quanto aos procedimentos licitatórios adotados;	1. CPL;
2.	Ser probo na condução do processo;	2. Pregoeiro;
3.	Dar celeridade, dentro das condições impostas no edital, durante o processo licitatório.	
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisar o edital;	1. CPL;
2.	Descobrir as falhas que levaram a licitação deserta / frustrada;	2. Requerente.
3.	Repetir o processo sanando os vícios iniciais.	

FASE: GESTÃO DO CONTRATO

Objetivo: Identificar os possíveis riscos e causas relacionados a GESTÃO DO(S) REGISTRO(S) DE PREÇO para o objeto, bem como ações Preventivas e de Contingência para mitigar os danos.

RISCO 09		
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta	
ID	Dano	
1.	Inobservância de termos da contratação.	
POSSÍVEIS CAUSAS		
1.	Falta de tempo e preparo dos servidores.	
ID	Ação Preventiva	Responsável

1. Capacitar os servidores.		Diretoria de Administração e Diretoria Geral
ID	Ação de Contingência	Responsável
1. Estabelecer rotinas de controle		Gestor e fiscal do(s) registro(s) de preço ou contrato

RISCO 10		
Probabilidade:		() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:		() Baixa () Média (x) Alta
ID	Dano	
Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais.		
POSSÍVEIS CAUSAS		
1. Falta de comunicação entre gestor e fiscais contrato; falta de tempo e preparo dos servidores.		
ID	Ação Preventiva	Responsável
1. Capacitar gestor e fiscais.		Diretoria de Administração e Diretoria Geral
ID	Ação de Contingência	Responsável
1. Reunião entre gestor e fiscais com o objetivo identificar e corrigir as falhas de comunicação.		Gestor e fiscais

RISCO 11		
Probabilidade:		() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:		() Baixa () Média (x) Alta
ID	Dano	
1.	Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do(s) registro(s) de preços ou contrato.	
POSSÍVEIS CAUSAS		
1.	Incompreensão da importância das atividades.	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Capacitar os fiscais	Diretoria de Administração e Diretoria Geral
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.	Gestor e fiscal do(s) registro(s) de preços ou contrato